



**PROCESSO Nº. : 123617/2012**

**ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GESTAO ESTADUAL**

**PRINCIPAL : FUNDO ESTADUAL DE SAUDE**

**RELATOR : CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA**

**DESPACHO Nº. 297/2022/SCCS**

Encaminhe-se ao Núcleo de Expediente para envio, via Correios, dos ofícios a seguir:

- 252/2022/SCCS ao Sr. EDSON PAULINO DE OLIVEIRA;
- 253/2022/SCCS ao Sr. MAURICIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR, procurador do Sr. EDSON PAULINO DE OLIVEIRA, acompanhado de cópia do ofício nº 252/2022/SCCS, para fins de conhecimento;
- 254/2022/SCCS ao Sr. LUIZ FERNANDO GIAZZI NASSRI;
- 255/2022/SCCS ao Sr. KAUY CARLOS LOPÉRGOLO DE AGUIAR, procurador do Sr. LUIZ FERNANDO GIAZZI NASSRI, acompanhado de cópia do ofício nº 254/2022/SCCS, para fins de conhecimento;
- 256/2022/SCCS ao Sr. PEDRO HENRY NETO;
- 258/2022/SCCS ao Sr. WELLINGTON RANDALL ARANTES;
- 259/2022/SCCS ao Sr. MAURO ANTÔNIO MANJABOSCO;
- 260/2022/SCCS ao Sr. VANDER FERNANDES;
- 257/2022/SCCS ao Sr. MAURICIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR, procurador dos Srs. PEDRO HENRY NETO, WELLINGTON RANDALL ARANTES, MAURO ANTONIO MANJABOSCO e VANDER





FERNANDES, acompanhado de cópia dos ofícios nº 256, 258, 259, 260/2022/SCCS, respectivamente, para fins de conhecimento;

- 261/2022/SCCS ao Sr. EDMILSON PARANHOS DE MAGALHÃES FILHO;
- 264/2022/SCCS à Sra. LENITA MARTA FELICIANO CABRAL;
- 266/2022/SCCS ao Sr. MAURICIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR, procurador do Sr. EDMILSON PARANHOS DE MAGALHÃES e da Sra. LENITA MARTA FELICIANO CABRAL, acompanhado de cópia do ofício nº 261 e 264/2022/SCCS, respectivamente, para fins de conhecimento;
- 265/2022/SCCS ao Sr. EDSON HENRIQUE BÉRGAMO;

Após, retornem os autos a esta SCCS, para as devidas providências.

Secretaria de Certificação e Controle de Sanções, Cuiabá-MT, 16 de novembro de 2022.

*(assinatura digital)*<sup>1</sup>

**Odilley Fatima Leite de Medeiros**  
Secretário de Certificação e Controle de Sanções

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

